

Ano XX nº 5118 – 08 julho de 2015

Dieese: Brasil precisa de instrumentos para momentos de adversidade



O Plano de Proteção ao Emprego (PPE), apresentado segunda-feira (6), é uma iniciativa importante, já testada com eficácia em outros países, na opinião do diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. Em comentário feito na Rádio Brasil Atual, ele aponta benefícios perante outros modelos - em momentos de desaceleração da economia. "É melhor do que os que existem, como seguro-desemprego e lay-off", diz.

"O seguro-desemprego protege o desempregado, mas não o emprego. O lay-off deixa os trabalhadores afastados, não garantindo o emprego, nem o seguro-desemprego. Nesse novo instrumento a proteção do emprego é garantida, assim como certo nível de trabalho, remuneração e, caso o problema se agrave, o trabalhador não perde acesso ao seguro-desemprego", explica.

Clemente destaca o programa como uma conquista do movimento sindical e diz que "essa é uma demanda muito antiga, parte da retomada de um debate sobre um sistema público de empregos para proteger quantidade e qualidade dos postos de trabalho". Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) podem ser utilizados apenas com consulta da empresa ao trabalhador, e podem ser utilizados em até um ano. "É um instrumento para ser utilizado diante de impactos externos à economia que possam resultar em demissões."

74 % dos brasileiros são contra financiamento empresarial de campanhas

Pesquisa encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Instituto Datafolha mostra que 74% dos brasileiros não concordam com o financiamento empresarial de campanhas eleitorais. Apenas 10% afirmou ser favorável a prática.

Para 79% dos entrevistados, o maior motivo para se recusar o financiamento privado é que a prática está ligada diretamente à corrupção. Apenas 3% acredita que a doação de empresas previne a corrupção.

Ainda de acordo com a pesquisa, 22% das pessoas favoráveis ao financiamento empresarial são eleitoras do PSDB. 20% dos que se declararam favoráveis ao PT estão de acordo com as doações de empresários.

A pesquisa foi feita com 2.125 pessoas, entre os dias 9 e 13 de junho, em todas as regiões do País. Vale lembrar que a OAB, que encomendou a pesquisa, é autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, que tramita no Superior Tribunal Federal (STF) e proíbe a prática de financiamento empresarial de campanhas.

O julgamento da ação foi interrompido no dia 2 de abril de 2014, quando Gilmar Mendes pediu vista do processo e a sessão foi suspensa. Nesta data, o processo já havia recebido seis votos favoráveis e um contrário, ou seja, maioria configurada.

Quando quer justificar a recém-aprovada redução da maioria penal de 18 para 16 anos, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apela para o argumento de que seria, essa medida, um desejo popular.

Usando uma recente pesquisa, também do Datafolha, que mostra que 87% da população é favorável a redução da maioria penal, Cunha aplicou um golpe na Casa e aprovou o projeto que autoriza a medida.

Resta saber se, para Cunha, o desejo popular continuará sendo importante nesta semana. O segundo turno da PEC 182, a contrarreforma política, deve começar a ser votado nesta terça-feira (7), na Câmara dos Deputados.

Campanha “queremos mais bancários”

A campanha **“Queremos Mais Bancários”**, continua. Hoje os diretores do SindBancários Petrópolis, estarão durante o horário de expediente bancário no Banco do Brasil cidade Imperial (Rua Washington Luiz)

O objetivo desta Campanha é esclarecer aos clientes e usuários, sobre seus direitos e também mostrar a realidade que os bancários enfrentam todos os dias nas agências bancárias como: assédio moral, adoecimento e demissões.



**#queremos
mais
bancári@s**